



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
REDAÇÃO FINAL DAS EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI Nº 1.731-A DE 2021 DO SENADO FEDERAL

Emendas da Câmara dos Deputados ao
Projeto de Lei nº 1.731 de 2021 do
Senado Federal, que "Altera a Lei nº
8.856, de 1º de março de 1994, para
estabelecer o piso salarial nacional
dos profissionais fisioterapeuta e
terapeuta ocupacional".

EMENDA Nº 1

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º-A acrescido à
Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, pelo art. 2º do
projeto:

"Art. 1º-A O piso salarial nacional dos
profissionais fisioterapeuta e terapeuta
ocupacional, com base na jornada de trabalho máxima
estabelecida no art. 1º desta Lei, será de R\$
4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta
reais)."

EMENDA Nº 2

Altere-se o art. 2º do projeto para incluir à Lei
nº 8.856, de 1º de março de 1994, o seguinte art. 1º-B:

"Art. 2º A Lei nº 8.856, de 1º de março
de 1994, passa a vigorar acrescida dos seguintes
arts. 1º-A e 1º-B:

.....

"Art. 1º-B Compete à União prestar
assistência financeira complementar aos





Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o art. 1º-A desta Lei, para fins de atendimento ao disposto no § 7º do art. 167 da Constituição Federal.

§ 1º Caberá ao Fundo Nacional de Saúde regulamentar o montante a ser repassado a cada ente federativo.

§ 2º Os recursos federais destinados aos pagamentos da assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o cumprimento dos pisos salariais de que trata o art. 1º-A desta Lei serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.'"

EMENDA Nº 3

Dê-se ao art. 3º do projeto a seguinte redação:

"Art. 3º A ementa da Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Fixa a jornada de trabalho e o piso salarial nacional dos profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.'"

EMENDA Nº 4





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 04/09/2025 11:31:02.460 - CCJC
RDF 1 CCJC => PL 1731/2021

RDF n.1

Inclua-se o seguinte art. 4º no projeto:

“Art. 4º Ficam revogados os arts. 1º e 2º da Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001.”

EMENDA Nº 5

Inclua-se o seguinte art. 5º no projeto:

“Art. 5º Esta Lei entra em vigor no exercício subsequente ao de sua publicação oficial.”

Sala da Comissão, em 27 de agosto de 2025.

Deputado PEDRO CAMPOS
Relator

